



**INFORMATIVO**

**O TUIUTI**



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE  
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)  
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -  
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)**

**370 anos da Primeira Batalha dos Guararapes -100 anos da participação do Brasil na I GM**

**ANO 2018**

**ABRIL**

**Nº 268**

## **GUARDA PRETORIANA**

**NOTA DO EDITOR: EM FUNÇÃO DAS DECLARAÇÕES DO MINISTRO DO STF DR. CELSO DE MELLO ACUSANDO O EXÉRCITO BRASILEIRO DE SER UMA “GUARDA PRETORIANA”, O O TUIUTI REPRODUZ O TEXTO ABAIXO, RETIRADO DO GOOGLE. TEXTO SIMPLES, COM O TEOR SUBMETIDO AO JULGAMENTO DE CADA UM DOS CORRESPONDENTES. SALVO MELHOR JUÍZO, REALMENTE A EXPRESSÃO É DEPRECIATIVA E O MINISTRO NÃO A SOUBE USAR. NOS SEUS 370 ANOS DE HISTÓRIA DESDE GUARARAPES JAMAIS O EB FOI GUARDA PRETORIANA.**

Após a conquista do Egito, Otávio retornou a Roma, onde recebeu do Senado o título de príncipe, ficando seu governo conhecido como principado (30 a.C.-14 d.C.). Como príncipe, tornou-se o primeiro cidadão da República e líder do Senado; como imperador assumiu o comando supremo do exército e criou a guarda pretoriana, encarregada de sua proteção pessoal; como tribuno da plebe era sacrossanto e possuía o poder de veto sobre decisões do Senado; como sumo-pontífice, controlava a religião romana. A partir de Augusto, todos os imperadores tiveram uma guarda pretoriana, de tamanho variável.

Tibério foi o construtor de uma fortificação que serviu de base para a guarda pretoriana e, por isso, foi adotado o escorpião (signo zodiacal de Tibério) como símbolo da guarda.

A guarda pretoriana teve participação decisiva em muitos eventos da história romana, como por exemplo no assassinato de Calígula. A guarda pretoriana era usada pelos imperadores como um instrumento de validação de suas leis pela força, usando-a, por exemplo, para mandar matar inimigos. Porém, a guarda pretoriana também poderia ser muito perigosa. Por isso criou-se o costume de agradecer os comandantes da guarda com pequenos presentes e comissões.

Após alguns anos de serviço, um legionário poderia pretender uma vaga na guarda pretoriana, que proporcionava melhores salários, benefícios e menor tempo de serviço. A guarda pretoriana foi a precursora do modelo retrógrado utilizado pelas guardas nacionais atualmente. Mesmo após as reformas de Mário, que introduziram, entre outras coisas, os escudos retangulares, a guarda pretoriana ainda usava os escudos ovais do tempo da República. Isso servia também como uma demonstração de preservação dos velhos costumes.

A Guarda Pretoriana era um corpo militar de elite formado para proteger os imperadores romanos e sua família. Em certas ocasiões, este corpo alcançou tanto poder que era decisivo na escolha ou permanência dos imperadores. Vestiam-se de forma diferenciada, e as guardas reais do presente século são as suas herdeiras no que tange a questão de proteção da família real. A Guarda Pretoriana sempre mostrou o seu valor combativo de forma admirável, quando teve que proteger o imperador.

ORIGENS - A história da Guarda Pretoriana começa nos últimos anos do século I a.C. e nos primeiros do século I d.C. com Augusto, mas de fato sua real história é muito mais antiga. O termo Guarda Pretoriana quer dizer "A Guarda do Pretório". O praetorium, era a parte central do acampamento de uma legião romana e onde ficavam alojados os oficiais superiores dessa legião. Ao construir-se um acampamento, que em maior parte dos casos era semelhante a uma pequena cidade, com ruas e uma praça pública (forum), marcava-se primeiro o local onde se localizaria o praetorium, desenhando-se depois a disposição do acampamento em função desse ponto.

Durante a República, a escolta dos comandantes do exército estava a cargo dos *extraordinarii*, uma unidade especial selecionada dentre as unidades das legiões. A notícia convenientemente documentada que nós temos de uma Guarda pessoal criada ad hoc, especialmente para o caso, é do ano de 138 AC, ano em que Públio Cornélio Cipião Emiliano vai para a Numância com seu impressionante exército e uma coorte formada por 500 amigos que formaram sua escolta pessoal. Desde que eles acamparam próximo ao Pretório, eles receberam o nome de Guarda Pretoriana. Embora depois da guerra a unidade tenha sido dissolvida junto com o resto do exército, a partir de então os comandantes romanos alistados para as campanhas formaram unidades especiais para sua proteção.

Estas guardas pretorianas não tinham características distintivas especiais e eram formadas por legionários romanos ou auxiliares. Diante da morte de César, Octavio e Antônio conservaram a Guarda Pretoriana que, de acordo com Apiano, alcançou 8.000 homens, o que nos dá 16 coortes. Mesmo em um tempo em que havia dúzias de legiões espalhadas pelo mundo, esse é um número considerável.

Depois da vitória sobre Antônio, Octávio fundiu o seu exército com o de Antônio em um ato simbólico que pretendia retomar à situação anterior a morte de César, ou seja, um exército unido e sem discórdias. Pelo ano 13 a.C. Octavio, agora Augusto, imperador de Roma, regulamentou a Guarda Pretoriana como uma unidade especial militar, cuja função era a proteção da Família Imperial. Se um legionário tinha que servir naquela época por 16 anos nas legiões, se completasse serviço na Guarda o tempo era baixado para 12 anos. De acordo com Tácito, no ano em 5 d.C. foi adotado o tempo de 20 anos nas legiões e 16 na Guarda.

Depois da vitória de Octávio, agora "dono do mundo", foi desmobilizada a maioria do gigantesco exército que tinha participado nas guerras civis deixando umas trinta legiões para operação e reduzindo o número de coortes pretorianas a nove, de acordo com Tácito. Segundo Suetônio, três dessas coortes eram para os ambientes de Roma, enquanto as outras seis eram distribuídas pela Itália.

Até o ano 2 d.C. o comando de cada coorte da Guarda Pretoriana estava a cargo de um tribuno da ordem equestre, um cavaleiro, mas Augusto unificou o controle em dois tribunos, os prefeitos pretorianos. O tribuno de serviço ia todas as tardes à casa de Augusto, por volta da hora oitava, para receber do imperador em pessoa, a senha do dia. No ano de 23 d.C., com Tibério como imperador, se inaugurou o acampamento permanente da Guarda Pretoriana, chamado Praetoria Castrates, localizado nas cercanias de Roma, na colina do Viminal. As impressionantes muralhas deste acampamento ainda podem ser vistas em Roma. O acampamento da Guarda ocupava uns 17 hectares, aproximadamente dois terços de um acampamento da legião. Provavelmente tinha a capacidade para aproximadamente 4.000 homens, embora os arqueólogos tenham descoberto estruturas de ampliações dos barracões de dois pisos e alojamentos dentro das próprias muralhas, o que pode levar a crer que se podia aquartelar cerca de 12.000 homens sem problemas.

Considera-se Tibério como um segundo fundador da Guarda Pretoriana e, por ter sido Tibério o criador da Praetoria Castrates, a Guarda Pretoriana passou usar o escorpião, que era o signo de Tibério, como distintivo da unidade militar, nos seus escudos e no seu estandarte, o vexillum. No ano 271 d.C. Aureliano cercou Roma com suas paredes de tijolo impressionantes, que ainda podem ser contempladas, inclusive o acampamento da Guarda no perímetro defensivo, o que forçou o aumento da altura de suas paredes e torres para os igualar com esses da parede.

**ORGANIZAÇÃO** - Desde que a Guarda era uma unidade militar, a sua organização era parecida com a de uma legião, visto que a Guarda Pretoriana poderia entrar em combate a qualquer momento. Provavelmente a proporção de cavaleiros na Guarda Pretoriana era de três turmae (a unidade de 30 cavaleiros) para cada coorte durante Augusto; de cinco turmae durante o resto do século I d.C.; e até de dez turmae durante o século III d.C. Os melhores cavaleiros eram enviados para uma centúria especial e eles formaram a unidade de elite da Guarda Pretoriana, chamada de *speculatores augusti*, que formavam a guarda mais próxima do imperador. Eles eram o seu escudo pessoal, sempre a sua volta, os seus homens de extrema confiança.

Augusto, como já foi comentado, fixou o serviço em dezesseis anos em vez dos vinte anos das legiões. Com isso, se um legionário adquirisse a transferência para a Guarda e tivesse servido dez anos na legião, ele só tinha que servir outros seis na Guarda. Augusto fixou pelo ano 27 a.C. o salário de seus guardas em duas vezes mais que os legionários comuns e sabemos que no ano 14 d.C. um guarda recebia três vezes mais que um legionário, cerca de 720 denários de prata anuais, contra 225 de um legionário, uma diferença que ficou até o fim do Guarda e que não agradava muito aos homens das legiões.

Tibério instituiu um hábito ruim: as gratificações. No ano 31 d.C. foi descoberto e se abortou um complô do Prefeito da Guarda, Sejano, e Tibério, agradecido pela fidelidade dos seus homens, deu 1.000 denários para a cada Guarda. Depois do assassinato de Calígula, a Guarda forçou o Senado a reconhecer a Cláudio como imperador e este os recompensou com um extra equivalente a cinco anos de pagamento. Este hábito de "presentear" os guardas se tornou uma tradição, com o que não é de estranhar, que para cada posição no Guarda, havia milhares de candidatos. Os pretorianos geralmente chegavam à Guarda através de seus serviços nas legiões. Eles tinham que ser muito bem recomendados, passar em alguns exames, conhecimentos e testes físicos exaustivos e servir como candidato ou *probatu* por um certo tempo, antes de ser destinado como dedicado como *miles gregarius* para o serviço em uma das coortes. Depois de anos de serviço poderia se tornar *inmunis*, ou o guarda especializado em tarefas de escritório ou técnico, e daí ascender até *principalis*, com salário dobrado, *tesserarius*, o guarda que cuidava da senha, *optio*, o segundo em comando da centúria ou *signifer*, que quer dizer, porta-estandarte. Cada uma destas ascensões significava incremento de salário e privilégios somados. Se eles fossem realmente bons eles podiam se tornar centurions, o sonho de todo guarda. Sabemos que alguns membros da ordem equestre, os cavaleiros de Roma, deixaram o seu estado expressamente para poder galgar esta posição, desde que os funcionários inferiores pudessem ser só *plebeus*.

Os tribunos pretorianos alcançaram o seu cargo depois de terem passado por todos os escalões. Primeiro deveriam se tornar centurion da Guarda, depois de um tempo de serviço poderiam pedir a transferência para exército e servir nas legiões até alcançar o posto de centurion *primus pilus*, e depois que voltassem a Roma onde podia ser encarregado de uma coorte urbana, os *Vigiles*, o oficial podia finalmente ser um tribuno pretoriano, membro da ordem equestre, cavaleiro romano.

Como se pode ver o sistema foi montado para atrair o que as legiões tinham de melhor entre os seus oficiais. Como o tribunado só durava um ano, o oficial podia optar em se aposentar ou continuar a sua carreira nas legiões, como oficial superior. O poder político adquirido por estas tropas durante os anos que se seguiram à sua criação era devido principalmente ao poder de ser a única tropa grande permanente permitida a circular em Roma e em seus arredores. Além desta razão, há também o fato da proximidade que estes soldados desfrutavam de seus imperadores, o conhecimento que tinham sobre eles e os privilégios recebidos durante o tempo em que exerceram suas funções dentro da Guarda Pretoriana, o que incluía um salário avantajado e possibilidades de ascensão.

Com o tempo, e com a própria natureza ambiciosa dos homens, que os leva às maiores loucuras por dinheiro e poder, os membros da guarda começaram a abusar do poder político que detinham, utilizando-o de maneira inescrupulosa para escolher quais os imperadores deveriam permanecer e

quais deveriam sair do comando, de acordo, é claro, com seus principais interesses. As negociações internas na guarda passaram a afetar por completo o governo dos imperadores, chegando ao cúmulo de haverem assassinatos encomendados e executados pelos membros dentro da própria cúpula do governo. O que antes servia para proteger os imperadores acima de tudo, passou a ser uma ameaça constante contra aqueles que inventaram a Guarda Pretoriana. O maior exemplo de falcatura cometida pela Guarda aconteceu em 193 a.C., quando, depois do assassinato de Publius Helvius Pertinax, atual imperador, seus membros colocaram o trono à venda por um preço consideravelmente alto. A Guarda Pretoriana seria reorganizada e, anos mais tarde, abolida pelo imperador Constantino, o Grande, em 312 d.C.

A partir daí a Guarda Pretoriana não existia mais como unidade homogênea e histórica, e cada imperador criou o seu próprio corpo de guarda pessoal. Segundo Edward Gibbon, foi Diocleciano quem, tendo em vista a necessidade de reformas, desmobilizou a Guarda Pretoriana. Tal ação foi sendo executada de forma deliberada e imperceptível ao longo de vários anos. A guarda foi substituída por um grupo de veteranos fiéis a ele, os chamados Jovianos. Seu colega Maximiano tinha uma força similar, os Herculianos. Ambas eram originárias de duas legiões da Ilíria, e sua fidelidade a seus senhores era excepcional. Os nomes atribuídos a elas tem sua origem na identificação de Diocleciano com Júpiter - ou Jove - e de Maximiano com Hércules. Talvez os outros imperadores, como Galério, Daia, Constâncio Cloro (Constâncio I), Maximino, etc., tenham adotado esse tipo de guarda.



## Brasil republicano: 129 anos de crises

Luiz Ermani Caminha Giorgis<sup>1</sup>

Geralmente, o advento da república é colocado no Brasil com tendo sido uma solução para os problemas nacionais. Não foi. O próprio processo revolucionário republicano que desembarcou nas praias monarquistas para tomar o poder em 15 de novembro de 1889 foi repleto de desavenças, intrigas, traições e desídiás inomináveis.

Não houve propriamente uma proclamação. Deodoro quis, inicialmente, apenas depor o gabinete Ouro Preto e substituí-lo por outro “de acordo com as indicações que iria levar ao imperador” (Calmon, 1959, vol. 5, p. 1821). O velho Marechal desfilou com as tropas na Rua do Ouvidor, e o povo pensou que se tratava de um desfile. Era o início de uma revolução. Às 1500 h, José do Patrocínio declarou fundada a República em discurso na Câmara Municipal. Às 1600 h, o Imperador ainda despachava com Ouro Preto, normalmente. Ao amanhecer do dia 16, Dom Pedro II tomou conhecimento de que estava destronado (idem, p. 1824). Embarcou ele com a família na manhã de 17 com destino à Europa.

A adoção do regime republicano representou uma ruptura na História do Brasil. Mas, a partir dela, desapareceram alguns contenciosos e surgiram outros, característicos da luta na relação de forças político-militares em busca do poder.

O Brasil abjurou a monarquia como se ela fosse a grande causa de todos os males que a sociedade brasileira enfrentava à época. Assim como em outros episódios da nossa história, os militares foram o instrumento utilizado pelas lideranças civis para “darem forma” às demandas e aos anseios da ideologia republicana. A filosofia predominante na época era o Positivismo de Augusto Comte.

<sup>1</sup> Coronel de Infantaria e Estado-Maior Reformado do Exército Brasileiro. AMAN/1974 - Turma Integração Nacional. Diplomado em História pela PUCRS (Licenciatura). Presidente da Academia de História Militar Terrestre do Brasil/RS.

Aqui, nada contra a república como forma de governo, mas sim como ela foi conduzida após a proclamação. Também no que se refere aos seus reflexos e como ela é sentida hoje, prestes a comemorar 130 anos, em 2019.

Marco Túlio Cícero, grande senador romano, escritor e jurista, disse que para a república são necessárias três condições: as pessoas, os interesses comuns e o direito (multitudo, *communio* e *consensus iuris*). As três forças reunidas constituem o estado de direito: a *Libertas* (do povo), a *Auctoritas* (do parlamento) e a *Potestas* (dos magistrados). Como fundamentos desse conjunto as eleições, por voto livre e secreto, constituem a espinha dorsal do sistema.

No Brasil republicano, esses três princípios já tiveram, de saída, enormes dificuldades para serem aplicados. O escolhido para primeiro presidente da república teve de enfrentar forças centrífugas inconciliáveis. Detentor de espírito militar pragmático e de sólida formação profissional, inclusive testada e aperfeiçoada nas lides da Guerra do Paraguai, o velho guerreiro não soube contornar as desavenças políticas da luta pelo poder. Em 3 de novembro de 1891, Deodoro teve que dissolver o Congresso e declarar Estado de Sítio. Foi o efeito direto da primeira grande crise.

O Marechal Manuel Deodoro da Fonseca foi o primeiro dos 37 presidentes que o Brasil teve até agora. 37 em 129 anos, o que resulta em 3,48 anos para cada um, em média. Ou seja, menos que o mandato atual de quatro anos. Os maiores tempos de ocupação do cargo do poder executivo foram os de Vargas (em dois períodos), Figueiredo, FHC e Luiz Inácio.

O sucessor de Deodoro, o Marechal Floriano Vieira Peixoto, também veterano do Paraguai, foi mais duro ainda do que o primeiro. Assumindo o poder em face da renúncia do antecessor, enfrentou com rigor, por exemplo, a revolta na Armada e a Revolução Federalista no RS. E assim continuaram as revoltas e as crises nas paragens tupiniquins. Não só políticas ou econômicas, mas também militares.

As causas foram as mais variadas. Desde monarquismos fanáticos, como foi o caso de Canudos, até motivações ideológicas, como em 1935 e 1964. 1964 é um processo histórico que ainda não terminou.

Sucederam-se, desde 1889, o fechamento do Congresso e o Estado de Sítio, a crise do Encilhamento, a República Transatlântica de Mato Grosso ou Revolta de Cuiabá, o bombardeio de Porto Alegre, a sublevação das fortalezas da Lage e Santa Cruz, o manifesto dos treze generais contra Floriano, a Primeira Revolta de Boa Vista do Tocantins (1892), a Revolução Federalista/RS, a 2ª revolta na Armada ou Revolta da Esquadra, a Questão do Amapá com a França, a questão da Ilha da Trindade com o Inglaterra, a revolta na Escola Militar, a Guerra de Canudos, a Questão do Acre com a Bolívia, a 2ª República de Cunani no Amapá, a Revolta da Vacina, a Questão do Pirara com a Guiana Inglesa, a Segunda Revolta de Boa Vista do Tocantins, a 2ª tentativa de revolta da Fortaleza de Santa Cruz, a catástrofe do encouraçado Aquidaban, a Revolta da Chibata, a Revolta dos Fuzileiros Navais da Ilha das Cobras, a Revolta do Padre Cícero, o bombardeio de Salvador (1912), a Revolta do Xandoca (Espírito Santo, 1916), a Guerra do Contestado, a revolta popular de Manaus, a I Guerra Mundial, o assassinato de Pinheiro Machado, a Revolta dos Conservadores de MT, a crise da gripe espanhola, o episódio das cartas falsas, os conflitos políticos em Pernambuco, a prisão do Marechal Hermes da Fonseca, o Movimento Tenentista, a Revolta dos 18 do Forte Copacabana, as ações de Lampião no NE, a Revolução de 1923 no RS, a Revolução de 1924 em SP, a Revolução de 1924/25 no RS, a Coluna Miguel Costa/Prestes, a revolta do encouraçado São Paulo, o Levante de Manaus, a rebelião tenentista de Honório Lemes no RS (1925) contra Artur Bernardes, a revolta tenentista dos tenentes Etchegoyen de 1926 em Santa Maria, a crise do café, O Levante do Batalhão de Caçadores de Aracaju, o assassinato de João Pessoa, a Revolução de 1930, a Revolta de Princesa da Paraíba, a Revolução Constitucionalista de 1932 em SP, a Intentona Comunista, a Revolta Mineira de 1935, a decretação da Lei de Segurança Nacional, o Estado Novo, com a dissolução do Congresso; o Caldeirão de Santa Cruz do Deserto em MG, o Plano Cohen, a Intentona Integralista, os afundamentos de navios brasileiros pelo Eixo e a entrada do Brasil na II Guerra Mundial, a deposição de Vargas, o Manifesto dos Generais contra Vargas (1954), a tentativa de assassinato de Carlos Lacerda, o suicídio de Vargas, o episódio da carta Brandi, a crise político-militar de 1955, a revolta de Jacareacanga, a revolta de Aragarças, a Revolta das Barcas em Niterói, a renúncia de Jânio Quadros, a crise da Legalidade (Ago 1961), o levante de Sar-

gentos da Aeronáutica em Brasília, as ações das Ligas Camponesas de Francisco Julião no NE, a revolta de marinheiros no Rio e a demissão do Ministro da Marinha, a Contra-Revolução Democrática de 31 Mar 1964, a formação de guerrilhas nas fronteiras-sul, a Faibrás na República Dominicana, os Atos Institucionais, a guerrilha de Caparaó, o atentado terrorista ao QG/II Ex em São Paulo, o recesso do Congresso, o AI-5, a Junta Militar, o recrudescimento da guerrilha rural e urbana, a Guerrilha do Araguaia, a Segunda Guerrilha do Araguaia ou Revolta dos Perdidos em 1976/80, a volta das bombas e cartas-bombas terroristas, o atentado do Riocentro, a crise econômica com o FMI, os planos Cruzado I e II, Bresser e Verão, o confisco da poupança por Collor, o escândalo PC Farias, o impeachment de Collor e a renúncia, as chacinas da Candelária e de Vigário-Geral, a crise da segurança nas favelas do Rio de Janeiro, o massacre de Eldorado de Carajás, o processo do Mensalão, o desastre de Mariana, o impeachment de Dilma Rousseff e o processo da Lava-Jato, as ameaças do MST, a crise da segurança pública no Rio de Janeiro, entre outros acontecimentos. De crise em crise estamos vivendo de 1889 até 2018. Algumas menores não foram mencionadas.

Mas é um considerável volume de situações críticas em 129 anos.

Qual é a conclusão? O Brasil republicano viveu sempre em crise, salvo em pequenos intervalos. Por exemplo, no governo Dutra. Poucas vezes os governantes federais, e estaduais também, tiveram tempo e tranquilidade para governar sem atropelos. Na maior parte do tempo tiveram que administrar...crises. E assim passaram-se 129 anos.

Simplesmente jogar a culpa na República seria inadequado, grosseiro e precipitado. Não é assim que se faz História. Seria inadequado também afirmar que se o Brasil continuasse uma Monarquia não haveria tanta crise, nenhuma ou poucas.

Mas o fato é que elas começaram já antes da Proclamação. O processo revolucionário que conduziu o país à república já foi entremeado de situações críticas. E o pano de fundo foi, como sempre, a luta pelo poder, que permaneceu e ganhou forças após a transformação da monarquia em república. Desde a proclamação, monarquistas, sebastianistas ou não, buscaram e ainda buscam espaços de poder e a volta à monarquia.

Já no século XX o país passou por mais duas rupturas importantes, a Revolução de 1930 e a Contra-Revolução Democrática de 31 de março de 1964. Os demais processos críticos se caracterizaram pelas continuidades, ou seja, não alteraram a estrutura política da nação.

Proposta de solução? O Parlamentarismo, posto que a volta à Monarquia é um sonho longínquo e talvez impraticável. Seria a derrota tardia dos republicanos da segunda metade do século XIX e a confissão tácita de que a República Presidencialista não teria dado certo no país. Em 1889, o Brasil saiu diretamente do parlamentarismo para um regime republicano.

Lembrando ainda que o Parlamentarismo não seria uma novidade no Brasil. O clarividente Dom Pedro II já o tinha adotado em 20 de julho de 1847 quando institucionalizou o cargo de Presidente do Conselho de Ministros. Durante 42 anos o Brasil viveu sob o regime parlamentarista, ou seja, até 1889.

O mal não foi a República, mas sim o processo de busca pelo poder. Um exemplo disso foi a Política dos Governadores e também a Política do Café-com-Leite, que vigorou até 1930.

O fortalecimento dos poderes constituídos é primordial. E isso começa com as pessoas que ocuparão os mais altos cargos da República, nos três poderes.

É indispensável a reforma do Judiciário, mormente o STF, inclusive com a diminuição das instâncias recursais, e o Legislativo, que deve ser mais enxuto e funcional.

#### Referências:

- CALMON, Pedro. História do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959, 7 vol.  
 BENTO, Claudio Moreira, Cel et GIORGIS, Luiz Ernani Caminha, Cel. Brasil – Lutas Internas (1500-1916). Resende: FAHIMTB/IHTRGS/Drumond, 2016.  
 GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. Brasil – Linha do Tempo. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2017.

## I CICLO DE PALESTRAS DA AHIMTB/RS

Convidamos a todos para o I Ciclo de Palestras da AHIMTB/RS, que será realizado nos próximos dias 17 e 18 de abril no Auditório do Museu do CMS, situado na Rua dos Andradas, 630, Centro Histórico de Porto Alegre. As inscrições estão sendo recebidas através do telefone 3226-5883 (Museu). Serão oito palestras sobre História Militar, Geopolítica e Estratégia, de acordo com o Quadro-Horário abaixo.

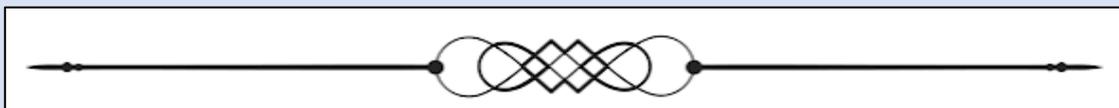
### 6) Quadro-Horário

<b>17 de abril - 3ª feira</b>	
<b>Horário</b>	<b>Descrição do evento</b>
0830/0900	Recepção dos convidados e credenciamento
0900/0910	Abertura oficial
0910/0920	Leitura do currículo do 1º palestrante, o Gen Carlos Patrício FREITAS Pereira.
0920/0950	Apresentação da 1ª palestra: GEOPOLÍTICA MUNDIAL E DO BRASIL NO SÉCULO XXI - O IMPROVÁVEL É POSSÍVEL.
0950/1010	Debates
1010/1030	Intervalo
1030/1040	Leitura do currículo do 2º palestrante, o Cel Cav EM Mário Giussepp Santezzi Bertotelli ANDREUZZA.
1040/1110	Apresentação da 2ª palestra: A POLÍTICA E A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA DO BRASIL
1110/1130	Debates
1130/1400	Intervalo para o almoço
1400/1410	Leitura do currículo do 3º palestrante, o Cel Fernando VELOZO Gomes Pedrosa
1410/1440	Apresentação da 3ª palestra: HISTÓRIA MILITAR: NOVAS ABORDAGENS E NOVAS PERSPECTIVAS.
1440/1500	Debates
1500/1520	Intervalo
1520/1530	Leitura do currículo do 4º palestrante, o Maj Art QEMA Pedro Henrique LUZ Gabriel.
1530/1600	Apresentação da 4ª palestra: AS REVOLUÇÕES MILITARES E O SURGIMENTO DO ESTADO-MAIOR
1600/1620	Debates
1620	Encerramento do 1º dia

<b>18 de abril - 4ª feira</b>	
<b>Horário</b>	<b>Descrição do evento</b>
0830/0900	Recepção dos convidados e credenciamento
0900/0910	Leitura do currículo do 5º palestrante, o Cel Eng EM Carlos José Sampaio MALAN.
0910/0940	Apresentação da 5ª palestra: A MISSÃO MILITAR FRANCESA NO BRASIL (1920/1940)
0940/1000	Debates
1000/1020	Intervalo
1020/1030	Leitura do currículo do 6º palestrante, o Dr. Frederico Euclides Aranha.
1030/1100	Apresentação da 6ª palestra:

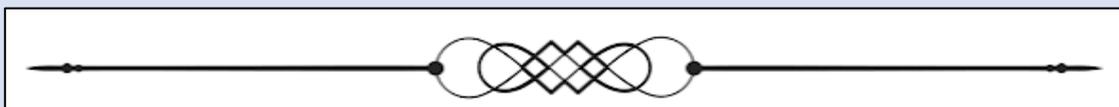
GUERRA HÍBRIDA OU GUERRA DE NOVA GERAÇÃO	
1100/1120	Debates
1120/1400	Intervalo para o almoço
1400/1410	Leitura do currículo do 7º palestrante, o Dr. Everton Marc, da ADESG.
1410/1440	Apresentação da 7ª palestra: TERRORISMO E CONTRA-TERRORISMO INTERNACIONAL
1440/1500	Debates
1500/1520	Intervalo
1520/1530	Leitura do currículo do 8º palestrante, o 1º Sgt Eng IANKO Bett.
1530/1600	Apresentação da 8ª palestra: MARC BLOCH E A "ESTRANHA DERROTA"
1600/1620	Debates
1620	Encerramento do Ciclo de Palestras e procedimentos finais.

O participante que tiver 75% de presença no Ciclo receberá seu Certificado.



**"A HISTÓRIA É A TESTEMUNHA DOS TEMPOS, A LUZ DA VERDADE, A VIDA DA MEMÓRIA, A MENSAGEIRA DA VELHICE, POR CUJA VOZ NADA É RECOMENDADO SENÃO A IMORTALIDADE DO ORADOR".**

Da Oratoria, de Cícero.



EDITOR:

LUIZ ERNANI CAMINHA GIORGIS, Cel Inf EM, Presidente da AHIMTB/RS

lecaminha@gmail.com

Sites: [www.ahimtb.org.br](http://www.ahimtb.org.br) e [www.acadhistoria.com.br](http://www.acadhistoria.com.br)

Site do NEE/CMS: [www.nee.cms.eb.mil.br](http://www.nee.cms.eb.mil.br)

Site do Núcleo Militar de Gramado: [www.nuclev.com](http://www.nuclev.com)

Blog da Delegacia da AHIMTB/RS em Cruz Alta:

<http://acadhistoriacruzalta.blogspot.com.br/>